

**Руй Мауро Марини и пятьдесят лет его  
«Диалектики зависимости»  
Ruy Mauro Marini and 50 years of Dialectics of Dependence  
Ruy Mauro Marini e os 50 anos de Dialética da Dependência**

**Фабио де Оливейра Мальдонадо**

*Магистр Университета Сан-Паулу,  
аспирант Кинг Колледж, Лондон*

**Fabio de Oliveira Maldonado**

*Master's degree from the University of São Paulo (PROLAM-USP),*

*PhD candidate in the Department of International Development at King's College, London.*

**Fabio de Oliveira Maldonado**

*Mestre da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP),  
doutorando no Departamento de Desenvolvimento Internacional do King's College, Londres.*

*E mail: [fabio.oliveira.maldonado@gmail.com](mailto:fabio.oliveira.maldonado@gmail.com)*

*Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0625-3807>.*

---

*Аннотация:* В этой статье рассматривается политическая и интеллектуальная карьера Руя Мауро Марини вплоть до публикации книги «Диалектика зависимости», при этом эволюция его мысли соотносится с историческим движением, к которому он принадлежал. Главная цель – представить основной теоретический вклад автора, рассматривая его в свете современного состояния науки и политики. Категории, предложенные Марини, особенно в «Диалектике зависимо-

сти», сохраняют свое значение в познании и изучении социальных реалий Латинской Америки сегодня. Неравный обмен и сверхэксплуатация рабочей силы, будучи категориальными абстракциями, в конкретной реальности Латинской Америки должны быть взяты на вооружение и обновлены в соответствии с конфигурацией современного зависимого капитализма. Его работы являются одной из основ того, что в бразильской и латиноамериканской в целом библиографии принято называть марксистской теорией зависимости в отличие от веберовской или ассоциированных с ней теорий зависимости.

*Ключевые слова:* Руй Мауро Марини, диалектика зависимости, Латинская Америка, неравноправный обмен, сверхэксплуатация рабочей силы.

*Abstract:* This article reviews Ruy Mauro Marini's political and intellectual career up to the publication of *Dialectics of Dependence*, linking the evolution of his thought to the historical movement to which he belonged. The main objective is to present the author's main theoretical contributions, examining them in the light of the current historical period. The categories put forward by Marini, especially in *Dialectics of Dependence*, retain a unique explanatory force for the study of Latin American social realities today. Unequal exchange and overexploitation of the workforce, as categorical abstractions from the concrete reality of Latin America, must be taken up and updated in accordance with the configurations of current dependent capitalism. These contributions are one of the pillars of what the Brazilian and Latin American bibliography has come to call the Marxist Theory of Dependency - as opposed to the Weberian or associated strand of Dependency Theory.

*Keywords:* Ruy Mauro Marini, *Dialectics of dependence*, Latin America, Unequal exchange, Super-exploitation of the workforce.

*Resumo:* Este artigo faz um resgate da trajetória política e intelectual de Ruy Mauro Marini até a publicação de *Dialética da Dependência*, articulando a evolução do seu pensamento com o movi-

mento histórico ao qual ele pertencia. O objetivo principal é apresentar as principais contribuições teóricas do autor, examinando-as à luz do período histórico atual. As categorias postas por Marini, especialmente em *Dialética da dependência*, conservam uma força explicativa ímpar para o estudo das realidades sociais latino-americanas na atualidade. Intercâmbio desigual e superexploração da força de trabalho enquanto abstrações categoriais da realidade concreta da América Latina, devem ser retomadas e atualizadas de acordo com as configurações do capitalismo dependente atual. Tais contribuições consistem em um dos pilares daquilo que a bibliografia brasileira e latino-americana passou a denominar de Teoria Marxista da Dependência – em contraponto à vertente weberiana ou associada da Teoria da Dependência.

*Palavras claves:* Ruy Mauro Marini, Dialética da dependência, América Latina, Intercâmbio desigual, superexploração da força de trabalho.

---

DOI: 10.32608/2305-8773-2024-43-1-133-163

Дата публикации: 03.09.2024

Дата получения: 01.07.2024

Ссылка для цитирования:

Мальдонадо О. Ф. Руй Мауро Марини и пятьдесят лет его «Диалектики зависимости» // Латиноамериканский исторический альманах. 2024. № 43. С. 133-163. DOI: 10.32608/2305-8773-2024-43-1-133-163.

Ruy Mauro Marini pode ser considerado como um raro exemplo de intelectual engajado ou militante, que contribuiu decisivamente para um pensamento latino-americano criativo, rigoroso e libertador. Não por acaso, foi o autor que desvendou a essência da dialética do capitalismo dependente latino-americano e, não por acaso, foi um dos autores latino-americanos que mais barreiras encontrou para di-

fundir seu pensamento<sup>1</sup>. Recentemente, no final da primeira década do século XXI, na esteira da maior crise do sistema capitalista desde 1929, como que por exigência histórica, o seu pensamento é retomado e redescoberto por uma série de novos pesquisadores e militantes sociais, abrindo perspectivas únicas para entender os impasses atuais que a região encontra e visualizar saídas.

Nascido em Barbacena, Minas Gerais, em 1932, Marini foi um dos criadores da Teoria Marxistas da Dependência (TMD), construindo as linhas gerais e as principais categorias que situavam a teoria no trilho do marxismo. Suas contribuições teóricas e políticas, no entanto, só podem ser entendidas dentro de um contexto muito singular em que viveu, conjugando as influências intelectuais decisivas e um debate hegemonizado pela Comissão Econômica para América Latina e Cariba (CEPAL) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e demais partidos comunistas latino-americanos, com um período histórico específico da região. Neste sentido, grande parte da trajetória de Marini confunde-se entre o militante político e o elaborador teórico, dando real sentido a 11<sup>o</sup> Tese de Karl Marx sobre Feuerbach, no qual o pensamento teórico e a preocupação em captar a realidade latino-americana em sua profundidade, estiveram sempre direcionados para a luta política, à serviço da transformação social.

A expressão mais bem acabada deste pensamento está presente em *Dialética da Dependência*, um ensaio publicado em 1973 pela editora mexicana Era, e que é resultado de aproximadamente 15 anos de desenvolvimento intelectual e de prática política.

O presente texto buscará apresentar brevemente a trajetória desse autor e os principais aspectos de sua principal obra, estando organizado, basicamente, em três eixos: 1) trajetória do autor; 2) principais contribuições de sua principal obra; 3) alguns indicativos da atualidade dessa perspectiva.

### Contexto histórico e trajeto do intelectual-militante

---

<sup>1</sup> No Brasil, ainda há uma dívida enorme a ser paga com Ruy Mauro Marini. O seu pensamento foi deformado, modificado e impedido de chegar às novas gerações. Sobre o tema ver Santos, 2015; Prado, 2013.

Para melhor compreender o pensamento de Ruy Mauro Marini, é necessário acompanhar o desenvolvimento da sua formação intelectual que, por sua vez, está intimamente imbricada com os acontecimentos e debates da época<sup>2</sup>.

De forma geral pode-se dizer que a reflexão intelectual de Ruy Mauro Marini está inserida e é resultado de um longo processo histórico político, econômico e social que, na América Latina, se expressa intelectualmente a partir de duas correntes: o debate marxista hegemonizado pelos Partidos Comunistas da região; e o nacional-desenvolvimentismo, capitaneado pela Cepal.

Ambas as correntes surgem ou se fortalecem a partir do impacto da crise econômica mundial de 1929, que abriu espaço para uma reorientação do processo de produção em direção à industrialização, modificando as relações de produção locais. Esta crise econômica internacional era também a crise final do imperialismo britânico e de sua hegemonia mundial, no qual a divisão internacional do trabalho reservava aos países dependentes o papel de produtores de matérias-primas e alimentos, ao passo que aos países imperialistas estava reservado o papel de produtores de bens industriais. A partir de então, o mundo veria o surgimento da hegemonia dos Estados Unidos.

Com efeito, a crise de 1929 somada à Segunda Guerra Mundial, criou as condições materiais para que as burguesias dependentes da América Latina iniciassem um processo de industrialização através da substituição de importações, inaugurando, ao mesmo tempo, um período de acomodação no seio das classes dominantes locais, intensificando as contradições entre elas. Por outro lado, a industrialização criou gradativamente um mercado consumidor, ampliou os contingentes da classe trabalhadora urbana e das classes médias, e reconfigurou os Estados, dando-lhes um caráter mais nacionalista. O populismo seria a expressão política e histórica dessa transformação econômica e social, que exigiu uma acomodação política entre a classe dominante, mas que alcançou, também, setores das massas trabalhadoras urbanas. Esse processo de industrialização voltado para desenvolver as indústrias nacionais, marcou o período de 1930-1955.

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes biográficos, ver Marini, 2007.

Foi esta realidade que criou as bases materiais para o desenvolvimento da consciência latino-americana sobre seu próprio subdesenvolvimento, bem como sobre a posição ao qual os países da região estavam submetidos na economia mundial. Não por outro motivo que foi, precisamente, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 que surgiram intelectuais da estatura de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Josué de Castro, Gino Germani, Raúl Prebisch, Alberto Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Pablo Gonzáles Casanova, Sergio Bagú, Luis Vitale, Celso Furtado, Leopoldo Zea entre outros.

Por conseguinte, sobre esse terreno, surgiram as teorias do desenvolvimento e da modernização, que seriam as matrizes intelectuais do processo de industrialização e urbanização das sociedades latino-americanas. Nesse sentido, a criação da Cepal, em fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), para colaborar com os governos latino-americanos para o desenvolvimento econômico e a modernização desses países, consiste em um marco. Sob a liderança de Raúl Prebisch e contando com quadros como Aníbal Pinto e Celso Furtado, essa instituição centralizou todo um conjunto de economistas que, pertencentes a um contexto posterior a Grande Depressão de 1930, refutavam o liberalismo clássico, buscando compreender melhor a dinâmica econômica da região para formular políticas econômicas que apontassem para a superação do subdesenvolvimento.

Prebisch foi o responsável por elaborar os traços gerais da abordagem cepalina. O economista argentino entendia que as relações comerciais entre os países da periferia e do centro favoreciam de maneira sustentada as balanças comerciais dos países desenvolvidos, na medida em que os preços das matérias-primas e alimentos tendiam, no médio e longo prazo, a se deteriorar de modo mais acentuado do que os preços dos bens industriais. Isso exigia dos países periféricos a produção e exportação de uma quantidade progressivamente superior de mercadorias para poder continuar comprando a mesma quantidade de mercadorias dos países desenvolvidos, ampliando, dessa maneira, o fosso entre centro e periferia. A este fenômeno, o autor deu o nome de “deterioração dos termos de troca”. A explicação para tal fenômeno seria a de que os países industrializados não

transferiam o aumento de sua produtividade para os países subdesenvolvidos, ao passo que ainda se apropriavam dos parcos avanços produtivos desses últimos.

A resposta a este quadro seria criar uma política industrial sob o comando do Estado nacional que invertesse as bases da realidade acima relatada, melhorando a alocação dos recursos produtivos e impedindo a deterioração dos termos de troca, já que o intercâmbio não se daria mais entre matéria-prima versus bens industriais. Essa inversão se viabilizaria através da proteção das indústrias nacionais nascentes, proteção essa que teria como principal veículo o processo de substituição de importação dos bens de consumo industriais que, até então, eram produzidos pelos países centrais, o que seria viabilizado, por seu turno, pela elevação dos impostos que insidiam sobre a importação dessas mercadorias. Isso viabilizaria aos países da América Latina a criação de um complexo industrial com um mercado interno ampliado, reorientando o eixo do desenvolvimento econômico para dentro. É importante notar que, para superar o que era entendido como atraso capitalista na região, o entendimento de fundo era, exatamente, acelerar a reprodução do capitalismo, a partir do setor industrial. Assim, esperava-se com estas medidas que os países subdesenvolvidos se desenvolvessem e transitassem da periferia em direção ao centro da economia mundial, ampliando a autonomia interna e a independência em relação aos países industrializados, derivando, daí, a designação de nacional-desenvolvimentismo.

Por outro lado, neste mesmo período, o marxismo latino-americano era hegemônico pelos Partidos Comunistas da região, responsáveis por influenciar decisivamente a cultura, a política e as formulações teóricas nestes países. Contudo, apesar de sua importância crescente para a época, na esteira do processo de industrialização, urbanização e proletarização, esses partidos estavam fortemente influenciados por teorias não elaboradas nas e para as realidades locais, o que impedia a apreensão da complexidade das sociedades em que estavam inseridos. As formulações teórico-práticas desses partidos partiam de dois pilares centrais: a natureza da revolução; e o modo de produção.

Importados os conceitos de alhures, os teóricos comunistas identificavam um modo de produção de estrutura agrária feudal ou semi-

feudal e semicolonial, de sorte que as oligarquias agrárias eram consideradas uma espécie de senhores feudais, vinculadas ao imperialismo britânico. Nessa linha, o caráter da revolução deveria conter um teor anti-imperialista, que se expressaria localmente em lutas contra os latifundiários, interessados em manter um modo de produção semifeudal e, portanto, bloquear o desenvolvimento industrial local. Por outro lado, alguns setores das classes dominantes urbanas, sobretudo parcelas da burguesia industrial e da pequena-burguesia, eram consideradas aliadas, na medida em que também eram prejudicadas pelos interesses do bloco imperialista. Com efeito, identificava-se um conflito entre as classes interessadas em manter um modo de produção semifeudal, arcaico, atrasado e as classes interessadas em dinamizar um modo de produção capitalista industrial e moderno.

O fato é que os Partidos Comunistas da América Latina estavam sob forte influência e ingerência das formulações da III Internacional Comunista, hegemonzada pela União Soviética:

Dito isto, registremos dentro de um certo consenso – do qual participamos em boa e numerosa companhia – de que a influência das “propostas” programáticas da III Internacional Comunista (março de 1919) foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como um modelo único para a América Latina pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevideú para o continente o seu programa teórico e de ação<sup>3</sup>.

Nessa linha, essas formulações teóricas desembocavam na necessidade de realizar uma revolução democrático-burguesa que abrisse espaço para um processo de industrialização que engendraria uma massa de proletários, o que pressupunha uma aliança com a burguesia local. Com efeito, a “definição do caráter das economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região”<sup>4</sup>.

Assim, evidenciava-se na região, no final da década de 1930 e início da década de 1940 até meados de 1960, uma hegemonia social

---

<sup>3</sup> Lapa, 1980, p. 11

<sup>4</sup> Santos, 2015, p. 31

em torno do projeto de um país urbano-industrial, num sincretismo entre comunistas e nacionais-desenvolvimentistas. Com efeito, é interessante notar que, apesar de certa divergência teórica, a maior parte dos intelectuais dos Partidos Comunistas latino-americanos, aderiu, no limite, ao ideário econômico desenvolvimentista<sup>5</sup>, justamente por defender um processo de industrialização.

Por outro lado, convém assinalar que no Brasil, uma das críticas mais contundentes à lógica do PCB, adveio de dentro do próprio partido, por um dos intelectuais mais expressivos do país. Caio Prado Jr. contestava, de modo pioneiro e contundente, a concepção dominante em seu próprio partido. Já em seu livro *Evolução Política do Brasil*, de 1932, o autor concluía que:

[...] no Brasil colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação daquela da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim *direta e unicamente* da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu<sup>6</sup>.

Com efeito: Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa Medieval<sup>7</sup>.

Nesaa mesma linha, Sergio Bagú, historiador, economista mar-

---

<sup>5</sup> Sobre isso, ver Bielschowsky, 2000, p. 181-2.

<sup>6</sup> Prado Jr., 2012. p. 18-19

<sup>7</sup> Ibidem.

xista argentino e grande expoente das ciências sociais críticas latino-americanas, tal como Prado Jr. tratou de refutar de forma sistemática a concepção de que havia um modo de produção feudal na América Latina. Em *Economía de la sociedad colonial*, de 1949, Bagú ressalta que: “[...] há um fato indubitável. As colônias hispano-lusas da América não vieram a vida para repetir o ciclo feudal, mas para se integrarem num novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo”. Foram descobertas e conquistadas como mais um episódio no vasto período de expansão do capital comercial europeu. Seu regime econômico colonial foi organizado visando o reforço das economias metropolitanas e do mercado colonial<sup>8</sup>.

De toda forma, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consolidação da hegemonia do imperialismo dos Estados Unidos no bloco capitalista, houve uma reconfiguração do capitalismo mundial criando condições para uma nova divisão internacional do trabalho, cuja integração era monopólica. Para Vania Bambirra:

Esta etapa do imperialismo, que se consolida no pós-guerra, caracteriza-se não apenas pela nova expansão imperialista num mundo liderado pelos Estados Unidos, mas também, e fundamentalmente, pela forma e orientação que tomará tal expansão. Nesse sentido, o imperialismo, em sua corrida expansionista e integradora, não irá se orientar, a partir de então, somente para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado um nível fundamental de controle sobre estas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos que passam a ser mais vantajosos na atual fase: os investimentos nos setores manufaturados<sup>9</sup>.

Esta nova etapa do capitalismo mundial colocou entraves concretos para a continuação da política econômica de substituição de importação. A consolidação do imperialismo dos Estados Unidos significou a exportação de capitais no setor industrial. Essa nova situação monopólica vai se impor de modo dominante na América Latina após a Guerra da Coreia, em 1953. Em efeito, em meados da década de 1950, não era mais possível para a burguesia industrial latino-americana sustentar um desenvolvimento industrial autônomo, de

---

<sup>8</sup> Bagú, 1949. P. 103.

<sup>9</sup> Bambirra, 2012. P. 124-125.

sorte que o populismo e o nacional-desenvolvimentismo perdiam sua função e, portanto, já não tinham mais lugar na história do capitalismo latino-americano.

As economias latino-americanas se encontravam em problemas estruturais graves. Uma inflação alta e persistente atormentava a população e corroía os salários das massas, o crescimento econômico havia desacelerado, a escassez de divisas – tão necessárias para continuar com o processo de industrialização – aumentava e a balança comercial se deteriorava. Assim, mesmo após três décadas de industrialização intensa, com uma base industrial instalada e importante, esses países continuavam periféricos, extremamente desiguais e com índices de pobreza, fome e analfabetismo inaceitáveis. É nesse cenário que os autores cepalinos entraram numa crise ideológica profunda.

Por seu turno, a crise dos partidos comunistas não era de menor envergadura. Havia uma insatisfação ampla das bases dos partidos em relação a linha de conciliação com a burguesia que foi se aprofundando. O relatório de Nikita Krushev, de 1956, expôs ao mundo os crimes de Josef Stalin, estiolando uma crise imensa na organização desses partidos, cujas direções eram abertamente stalinistas. No campo teórico, a refutação histórica das teses desses partidos com as consequentes linhas políticas compareceu em, pelo menos, dois eventos marcantes: i) a Revolução Cubana, em 1959, expôs concretamente as limitações da linha política etapista da revolução democrático-burguesa; ii) o golpe civil-militar brasileiro, em 1964, evidenciou que as burguesias industriais e grande parte das pequenas-burguesias não eram aliadas e tampouco progressistas. Dessa forma, a primeira parte da década de 1960 marca o fim da hegemonia dos partidos comunistas na região e a ascensão de outras organizações importantes.

Portanto, na esteira da crise do nacional-desenvolvimentismo e da hegemonia dos Partidos Comunistas da região surgiria toda uma nova miríade de intelectuais e militantes em torno de uma nova esquerda radical latino-americana.

Foi exatamente nesse contexto que Ruy Mauro Marini se desenvolveu intelectualmente e politicamente. Na segunda metade da década de 1950, Marini ingressa na Escola Brasileira de Administra-

ção Pública (Ebac), curso da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que abria amplo espaço ao estudo das ciências sociais. Ali foi decisivamente influenciado por Alberto Guerreiro Ramos, de modo que, já no segundo ano de curso, passava a atuar como assistente de seu professor.

Em 1958, por intermédio e apoio pessoal de Guerreiro Ramos, Marini conseguiu uma bolsa de estudos do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo). Na França, Marini foi introduzido a leitura de Hegel e ao estudo sistemático da obra de Marx, bem como de Lenin e outros autores marxistas. Politicamente, foi ainda em Paris que ele entrou em contato com o grupo da juventude do Partido Socialista Brasileiro, grupo este que viria a constituir a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop)<sup>10</sup>.

Em 1960, retorna da França e, em 1962, ingressa como Professor auxiliar na recém-criada, Universidade de Brasília (UNB), a convite de Darcy Ribeiro. Junto aos jovens professores Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra e Andre Gunder Frank, professor alemão, radicado nos Estados Unidos e que aporta na UnB em 1963, conforma o Grupo de Brasília, que desembocaria na TMD<sup>11</sup>.

Com a chegada do golpe militar de 1964, Marini foi exonerado da UNB e prontamente perseguido, sendo preso, em julho do mesmo ano, pelo Serviço Secreto da Marinha (CENIMAR), quando foi duramente torturado. Em setembro, após ter sido solto por conta de um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, foi sequestrado pelo CENIMAR e, em seguida, entregue ao Exército. Em dezembro, com um novo *habeas corpus*, e após alguns meses na clandestinidade, finalmente consegue se asilar na embaixada do México, e um mês depois viaja para lá, onde parte para o seu primeiro exílio.

Estabelecido no México, Marini se torna professor do Colégio do México. Desenvolve intensa atividade intelectual e política, de modo que, logo em seus primeiros meses, é incumbido de escrever um

---

<sup>10</sup> Ruy Mauro Marini foi um dos fundadores da Polop, organização revolucionária que expressava exatamente o surgimento de uma nova esquerda no Brasil.

<sup>11</sup> Wasserman, 2017.

artigo sobre a situação recente do Brasil. Desta primeira contribuição, resultam dois outros artigos importantes para o pensamento latino-americano da época e para o próprio desenvolvimento intelectual de Marini: *Brazilian Interdependence and Imperialist Integration* (1966); e *La Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966).

O primeiro artigo que, por sugestão de Gunder Frank, foi publicado na *Monthly Review*, partia de uma análise que privilegiava um enfoque das transformações da economia mundial do pós-guerra e de seus impactos na economia do Brasil, para então entender a política externa brasileira e seus impactos na América Latina. A grande contribuição desse artigo foi a introdução do conceito de subimperialismo, que ganharia a atenção de uma série de teóricos por toda a região.

Por sua vez, no segundo artigo, Marini buscava conciliar o enfoque de seu primeiro artigo produzido no México, que privilegiava a questão sociopolítica, com este publicado na *Monthly Review*, que articulava a economia brasileira com o sistema imperialista e o resultado desta relação para a América Latina. Assim, o texto “procurava sintetizar os dois enfoques, com o propósito de desvendar as grandes linhas do processo histórico do Brasil moderno e a gestação das condições da revolução socialista”<sup>12</sup>. Em 1969, estes dois artigos seriam incorporados ao que seria, até então, a maior contribuição feita pelo autor: *Subdesenvolvimento e revolução*<sup>13</sup>.

Em maio de 1968, impactado com o movimento estudantil brasileiro, Ruy Mauro Marini escreve um artigo para o jornal *El Día*, que foi publicado concomitantemente a eclosão do movimento estudantil mexicano. Por conta disso, Marini passou a ser vigiado pelo governo. Em outubro do mesmo ano, com o massacre de Tlatelolco, viu sua situação se deteriorar, praticamente sendo convidado a se retirar do país. Isto viria a ocorrer em 1969, quando Marini parte para o seu segundo exílio, agora no Chile.

Uma vez no Chile, se estabeleceu como professor contratado da

---

<sup>12</sup> Marini, 2007. P. 72.

<sup>13</sup> A primeira edição desta obra fundamental foi traduzida para o português e publicada no Brasil somente em 2012.

Universidade de Concepción, em Concepción, cidade onde se incorporou as fileiras do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), onde rapidamente se tornaria dirigente. Convidado a se incorporar ao Centro de Estudos Sócio-Econômicos (Ceso)<sup>14</sup>, da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, Marini se muda para Santiago no fim de 1970. Segundo o próprio Marini<sup>15</sup>, este período seria um dos mais produtivos de sua vida intelectual. Enquanto docente, ficou responsável por algumas disciplinas, entre elas um seminário com o tema “teoria marxista e realidade latino-americana”, no qual fazia uma leitura d’*O Capital*, de Marx.

Foi nesse ambiente propício que, em 1972, Ruy Mauro publicou um ensaio que buscava articular a teoria marxista com o caráter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana, resultando no artigo *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora*. Entre críticas e elogios, o artigo rapidamente despertou o interesse por todas as partes, de modo que Marini se empenhou em esclarecer deturpações e mal-entendidos em um *post-scriptum* intitulado *Em torno da Dialética da Dependência*. O artigo e o *post-scriptum* foram revisados e publicados no México, em 1973, como a primeira edição do que viria a se tornar o ponto alto de sua obra: *Dialéctica da dependência*. Com este livro, Marini foi alçado definitivamente aos níveis mais altos do pensamento social latino-americano - pensamento que, após um largo período de bloqueio e deturpações<sup>16</sup>, vem

---

<sup>14</sup> Juan Cristóbal Cárdenas Castro realizou um estudo inédito e aprofundado sobre o CESO. Ver Castro, 2011, 2015 e 2016. Sobre sua experiência pessoal, ver Marini, 2007. P. 87-88.

<sup>15</sup> Marini, 2007. P. 87.

<sup>16</sup> O papel exercido por Fernando Henrique Cardoso desde a publicação do primeiro ensaio incompleto sobre a *Dialéctica da Dependência*, em 1972, foi essencial para deturpar e bloquear qualquer influência do pensamento de Ruy Mauro no ambiente acadêmico brasileiro. Em 1978, Cardoso escreve com José Serra um artigo chamado *As Desventuras da dialéctica da dependência*, no qual utilizam todos os expedientes possíveis para distorcer o que estava posto em *Dialéctica da dependência* - livro censurado no Brasil. Cardoso e Serra, que estavam em viagem nos Estados Unidos, vão ao México e pedem que o artigo seja publicado na publicando *Revista Mexicana de Sociologia*. Marini, quem era editor aceita a publicação com a única

sendo resgatado pelas novas gerações de intelectuais e militantes latino-americanos, como desdobramentos das contradições capitalistas no século XXI.

### A dialética do capitalismo dependente

Como relatado, o ambiente em que surge *Dialética da dependência*, foi marcado tanto pela crise dos partidos comunistas e da teoria do desenvolvimento, como por um contexto político de plena efervescência. Nesse sentido, Andre Gunder Frank pode ser considerado como o autor que abriu decisivamente o caminho para as posteriores formulações marxistas da dependência. Frank é responsável por introduzir um conceito arrasador no pensamento latino-americano, a saber, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”<sup>17</sup>, no qual apontava que a intensificação do desenvolvimento capitalista dos países dependentes renovaria a própria condição de subdesenvolvimento. Uma crítica direcionada tanto ao ideário desenvolvimentista, quanto aos partidos comunistas da região.

Ademais, apesar de não ser tema nesse texto, é necessário dizer que o esforço teórico que culminaria na TMD, contou com a contribuição fundamental de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra<sup>18</sup> - que, ao lado de Marini, são considerados os criadores da TMD.

Ruy Mauro Marini pode ser considerado o autor responsável por incorporar a lei do valor de Marx à Teoria da dependência. É inte-

---

exigência de que fosse aceito que se publicasse uma resposta no mesmo número. Desse modo, publicou *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra - ou porque não me ufano de minha burguesia)*. No entanto, o público brasileiro conheceu apenas o artigo de Cardoso e Serra, que foi publicado, em 1980, pela Cebrap, instituição que, sob liderança do próprio Cardoso, censurou a resposta de Marini.

<sup>17</sup> Sobre esta decisiva contribuição, ver Frank, 1970, 1972, 1976 [1969], 1978 [1967].

<sup>18</sup> A contribuição de Vânia Bambirra, é significativamente maior para a TMD do que normalmente se atribui. Seu principal aporte foi o livro *O capitalismo dependente latino-americano*, publicado originalmente em 1972, e no Brasil apenas em 2012.

ressante notar como o autor, logo nas primeiras páginas de *Dialética da dependência*, direciona uma crítica à tese da revolução democrático-burguesa e do semifeudalismo.

Em suas análises da dependência latino-americana, os investigadores marxistas incorreram, em geral, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou da adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitar sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado foi os estudos marxistas chamados ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se converte em uma formalização que é incapaz de reconstituí-la a nível da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto aconteceu, sobretudo, no campo da história econômica<sup>19</sup>.

No entanto, se é verdade que Ruy Mauro Marini critica a utilização mecânica de determinados conceitos importados e aplicados para analisar a realidade local, também é correto dizer que o autor não se limita a questionar apenas a influência da Internacional Comunista na elaboração teórica daqueles autores. Para ele, existiam certas dificuldades teóricas e metodológicas.

Estes desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que se dão às vezes como insuficiências e outras – não sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é por tanto acidental a recorrência nos estudos sobre América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que haveria que dizer é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspetos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas chamadas avançadas. É porque, mais que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só cobra sentido se o contemplamos em uma perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional

---

<sup>19</sup> Marini, 1982. P. 13.

como, e principalmente, a nível internacional<sup>20</sup>.

Para superar esta dificuldade, Ruy Mauro propunha um itinerário de pesquisa que entendia que “é o conhecimento da forma particular que o capitalismo dependente latino-americano adotou que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado”. Dessa forma, o autor ressalta os desafios metodológicos reais para aplicar o marxismo na América Latina. Com efeito, sua pesquisa parte de uma investigação do processo histórico da região, observando o desenvolvimento e a inserção latino-americana na dinâmica do capitalismo internacional, desde o século XVI. Neste sentido, Marini (1982, p. 16) observa que, formada “ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional”<sup>21</sup>. Nesse aspecto, o autor se distancia de Gunder Frank, pois, enquanto o teórico alemão entendia haver uma estrutura dependente já no século XVI, Marini observava que os países latino-americanos se encontravam, neste período, em uma situação colonial. Embora houvesse uma continuidade, seria somente a partir do período que corresponde a independência dos países da região e a revolução industrial na Europa que as relações da América Latina com o centro capitalista europeu adquiriram uma estrutura definida. Isto ocorreu, segundo o autor, através da: [...] divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento ulterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Neste sentido, a conhecida fórmula de Andre Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como

---

<sup>20</sup> Marini, 1982. p. 14

<sup>21</sup> Marini, 1982. p. 16.

impeccáveis são as conclusões políticas a que ela conduz<sup>22</sup>.

Desta última citação, pode-se observar as bases sobre as quais este pensamento se desenvolverá: é a partir da independência política latino-americana e a consequente vinculação econômica “autônoma” na nova divisão internacional do trabalho – determinada pela revolução industrial – que os países da região se tornam dependentes; a dependência é a relação de subordinação entre países soberanos, cujas relações produtivas entre as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas só fazem assegurar a manutenção desta dependência; neste sentido, surge o teor essencialmente político que envolve a superação da dependência, que aponta para o rompimento com as relações de produção estabelecidas e, portanto, rejeita a aposta de desenvolvimento capitalista, cujo resultado seria sua reprodução ampliada, isto é, mais subdesenvolvimento.

A análise da dependência de Marini se apoia essencialmente nas contribuições de Karl Marx<sup>23</sup>, partindo da análise do mercado internacional e identificando o papel que a América Latina exerceu no sistema capitalista. Para o autor, o surgimento da grande indústria moderna teria enfrentado fortes empecilhos caso não tivesse contado com os países dependentes. Isso pois, o proletariado dos países industriais do século XIX, com ocupação na indústria e no serviço, não teriam tido espaço não fossem os meios de subsistência de origem agropecuária, que em certa medida, foram importados dos países dependentes da América Latina. Este fator permitiu o aprofundamento da divisão internacional do trabalho<sup>24</sup>.

Com efeito, o que particulariza o capitalismo dependente é justamente o fato dele ser necessariamente o reverso da moeda do capitalismo imperialista, de sorte que o desenvolvimento capitalista de alguns países se apoia no subdesenvolvimento de outros. Como se pode ver, aonde a teoria do desenvolvimento enxergava atraso capitalista na América Latina, Marini percebeu-o como consequência necessária da inserção subordinada destes países na economia mun-

---

<sup>22</sup> Marini, 1982. P.18.

<sup>23</sup> “A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América”. Marx, Engels, 2010, p. 41.

<sup>24</sup> Marini, 1982, p. 21

dial, de sorte que desenvolvimento e subdesenvolvimento se conjugavam dentro do girar da roda do capitalismo mundial.

Como mencionado acima, a participação latino-americana no mercado mundial não se resumiu simplesmente em fornecer matérias-primas para os países industriais. Ao exportar meios de subsistência, a América Latina contribuiu para que o eixo de acumulação do capitalismo industrial se transferisse da extração de mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Entretanto, esta relação entre países dependentes e países imperialistas, que contribuiu para mudar qualitativamente as relações de produção no centro do capitalismo, ocorreria “fundamentalmente com base na maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista”<sup>25</sup>.

Neste sentido, a força e a vitalidade deste estudo consistem justamente em partir de uma análise que insere a América Latina na dinâmica do sistema capitalista mundial, para então articular as condições internas que se reproduzem na região, se negando, portanto, a analisar as condições da região de modo isolado, sem estudar sua devida conexão com o funcionamento do sistema mundial.

Esta perspectiva totalizante, que vincula o âmbito nacional/regional ao internacional levou o autor a desenvolver a categoria de *intercâmbio desigual*, a primeira grande contribuição da *Dialética da dependência*.

Se o eixo de acumulação industrial, impulsionado pela transformação das condições técnicas de produção, se move para a produção de mais-valor relativo, isto contém algumas implicações das quais Marini se atém. Para os capitalistas, o aumento de produtividade por si só, não assegura o mais-valor relativo, já que o aumento da produtividade do trabalho garante a produção de mais produtos no mesmo tempo que antes, porém não agrega mais valor ao produto. Em realidade isto permite ao capitalista de um setor industrial específico reduzir o valor individual da sua mercadoria em relação às condições gerias de produção, “obtendo assim um mais-valor superior a de

---

<sup>25</sup> Marini, 1982. P. 23.

seus competidores – ou seja, um mais-valor extraordinário”<sup>26</sup>. A corrida por um mais-valor extraordinário dinamiza o processo de reprodução ampliada de capital, sendo fator fundamental do progresso técnico.

Por um lado, esta condição significa uma alteração na repartição do mais-valor entre os capitalistas e, por consequência, traduz-se em um lucro extraordinário, mas por outro lado não modifica o grau de exploração do trabalhador naquele determinado setor, ou seja, não incide na taxa de mais-valor. Para entender o raciocínio, é importante ter em conta que quando a técnica, que permitiu o aumento da produtividade de um capitalista, se espalha para os outros capitalistas do setor, “o valor social da unidade do produto se reduziria em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento do mais-valor, senão que sua diminuição”<sup>27</sup>. Neste caso, somente o aumento do trabalho excedente sobre o trabalho necessário, pode alterar a taxa de mais-valor. Uma forma disso ocorrer é reduzir o valor social das mercadorias que compõe os bens de salário.

E é justamente nesta direção que se desenvolve a roda da economia mundial, na qual a América Latina se inseria decisivamente. A região provia os meios de subsistência ao centro capitalista, contribuindo para a diminuição “do valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valor cada vez mais elevadas”, ou dito de outra forma, “mediante sua incorporação no mercado mundial de bens de salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento do mais-valor relativo nos países industriais”<sup>28</sup>.

O papel da América Latina, que se torna independente em um cenário de Revolução Industrial, está dado: exportar matérias-primas e meios de subsistência. Nesse sentido, o intercâmbio desigual, se traduz no aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas diretamente acompanhado do declínio de seus preços em comparação aos preços dos produtos manufaturados. Isto é, a deterioração

---

<sup>26</sup> Marini, 1982. P. 24.

<sup>27</sup> Marini, 1982. P. 25.

<sup>28</sup> Marini, 1982. P. 27.

deste intercâmbio expressa-se na depreciação dos bens primários.

Contudo, é fundamental distinguir a raiz deste problema: “Não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, mas é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram mais do que o devido que sua posição comercial se deteriorou, senão que foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala”<sup>29</sup>. De acordo com Carlos Eduardo Martins, a razão pela qual as burguesias latino-americanas (lumpemburguesias, de acordo com Frank, 1970) não se desestimularam a incorporarem-se à economia mundial se explica pelo fato de que a associação dependente “permite aos grupos que dela participam liderar o processo de acumulação e alcançar posições monopólicas em suas regiões ou Estados Nacionais, sem qualquer proporção aos resultados que seriam alcançados com o uso de recursos internos”<sup>30</sup>.

Assim, antes que corrigir os desequilíbrios causados pelo intercâmbio desigual – o que exigiria um determinado grau de enfrentamento perante o imperialismo –, as burguesias buscavam compensar no âmbito da produção interna a transferência de valor para fora. Isso se fundamentaria na superexploração da força de trabalho. A descoberta da categoria da superexploração da força de trabalho consiste na principal contribuição de Ruy Mauro Marini para a formulação da Teoria Marxista da Dependência. Partindo da lei do valor de Marx, esta categoria ilumina um tipo diferente de exploração do trabalhador, articulando três formas determinadas:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, como um aumento do mais-valor, logrado através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se pode dizer da prolongação da jornada de trabalho, é dizer, do aumento do mais-valor absoluto em sua forma clássica; à diferença do primeiro, se trata aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia que assinalar,

---

<sup>29</sup> Marini, 1982. P. 32.

<sup>30</sup> Martins, 2011. P. 240.

finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além do seu limite normal, pelo qual ‘o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, no fundo de acumulação de capital’, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente [...]. Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva<sup>31</sup>.

Com efeito, diante do desenvolvimento da economia dependente em função do mercado mundial, a burguesia local buscou compensar o intercâmbio desigual através da superexploração da força de trabalho. Isto implica que a realização da produção latino-americana, encontra-se na exportação, em detrimento do consumo interno das massas trabalhadoras. O consumo dos trabalhadores representa “um elemento decisivo na criação de demanda para as mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo de circulação”<sup>32</sup>. Dessa forma, Marini percebeu um fenômeno extremamente relevante do capitalismo dependente, a saber, a cisão entre o ciclo do capital, entre a produção e a circulação de mercadorias no âmbito interno.

Opera-se assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente a produção capitalista em geral, é dizer, a que opõe o capital ao trabalhador em tanto que vendedor e comprador de mercadorias<sup>33</sup>.

Como o setor dinâmico da economia latino-americana formou-se voltado para a exportação, o consumo individual do trabalhador latino-americano não interfere na realização do bem ali produzido. É

---

<sup>31</sup>Marini, 1982. P. 38-40.

<sup>32</sup>Marini, 1982. P. 51.

<sup>33</sup>Marini, 1982. P. 50.

nesse aspecto que se apresenta o caráter social perverso desta situação, já que, como consequência, a tendência do sistema produtivo será o de superexplorar a força de trabalho, sem a preocupação de repô-la – o que foi possível e amplamente utilizado, por conta do enorme exército industrial de reserva pronto para substituir os braços exauridos. Portanto, “[...] esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada a coadjuvar a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador. Nesta contradição radica a essência da dependência latino-americana”<sup>34</sup>.

Esta é a essência da dialética da dependência; a base de uma formação social de produção capitalista que acentua as contradições próprias deste sistema. Ademais, a contradição capital-trabalho se intensifica nesta relação, no sentido de que a classe trabalhadora latino-americana é duplamente explorada<sup>35</sup>, pois parte do mais-valor gerado de seu trabalho era retida pelas burguesias do centro dinâmico do capital, por consequência do intercâmbio desigual, e a superexploração da força de trabalho se encarregaria de garantir a outra parte deste excedente produzido para a burguesia nacional.

Neste sentido, sacrifica-se o consumo individual do trabalhador, diminuindo a demanda interna nestes países, consolidando, por sua vez, a exportação como única via de realização da produção, o que por outro lado, contrasta com a demanda por manufaturas importadas por parte das burguesias dependentes em um primeiro momento, e pelas camadas médias posteriormente. Esta contradição explica a formação de um mercado interno específico, cindido entre a “baixa esfera de circulação” e a “alta esfera de circulação”. Este fenômeno incidiu “de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente”<sup>36</sup>.

Com efeito, não obstante a crise de 1929 possibilitar um salto industrial em alguns países da região e até uma certa posição monopo-

---

<sup>34</sup> Marini, 1982. P. 49.

<sup>35</sup> Ver Osorio, 2016.

<sup>36</sup> Marini, 1982. P. 54-55.

lista das burguesias dependentes em âmbito interno, apoiadas nas barreiras à importação, o fato é que a industrialização dos países dependentes da América Latina se desenvolveu apoiada naquelas antigas bases econômico-sociais. As relações de produção baseadas na superexploração da força de trabalho, que restringia o mercado interno, criaram uma “indústria fraca”, dependente de “fatores externos” e que se estruturou a partir das necessidades e exigências do mercado internacional. Esse processo de industrialização nascia de maneira complementar às indústrias desenvolvidas, reproduzindo, em outro patamar, a dependência. O baixo nível tecnológico destas indústrias fez com que o preço da produção não se determinasse pela produtividade, mas principalmente pelo salário dos trabalhadores, de maneira que a burguesia industrial recorrerá ao: “[...] excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora e agravado pela crise que esta experimenta (crise que obriga o setor exportador a liberar mão-de-obra), para pressionar os salários no sentido da baixa. Isso lhe permitirá absorver grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e a prolongação da jornada, acelerará a concentração de capital no setor industrial”<sup>37</sup>.

Em suma, estariam dadas as bases para um novo ciclo de superexploração da força de trabalho, agora na etapa industrial da economia dependente. Neste sentido, com a nova dinâmica da acumulação do capital em escala mundial do pós-II Guerra, organizada sob a égide norte-americana, as burguesias industriais dependentes aprofundaram o processo de industrialização recorrendo à tecnologia externa.

Se configurou, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países dependentes passaram a absorver as etapas inferiores da produção industrial, como por exemplo a siderurgia – anteriormente reservada às economias industriais clássicas -, que se generalizou a tal ponto que países como o Brasil começaram a exportar aço, “reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia,

---

<sup>37</sup> Marini, 1982. P. 63.

como a de origem nuclear, etc.)”<sup>38</sup> (Marini, 1982, p. 68-9).

Com isso, o progresso técnico dos países dependentes ocorreu de tal modo que, por um lado, o aumento da produtividade se deu especialmente através da intensificação do trabalho, e por outro lado, combinou-se com a tendência à remuneração inferior ao valor da força de trabalho. “A absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarreta inevitável restrição do mercado interno, ao qual se contrapõe a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor” (1982, p. 74). Desta forma, houve uma mudança na relação de produção destas economias mantendo, no entanto, sua estrutura intacta, de modo que a industrialização do capitalismo dependente, ao perpetuar a restrição do consumo dos trabalhadores e da formação de um mercado interno dinâmico, manteve a cisão entre o consumo dos trabalhadores em bens-salário e o consumo por parte dos “não trabalhadores”, que consiste no que Marini denomina de “esfera alta de circulação” ou consumo de bens suntuários.

Tendo em vista a necessidade de realizar seus produtos e da impossibilidade de fazê-lo no mercado interno, um grupo reduzido de países dependentes adota uma política agressiva de competição internacional, levando o autor a retomar a análise do subimperialismo. Contudo, se é certo que as condições políticas e econômicas específicas do Brasil, na década de 1960, desembocaram num regime militar e na exigência de se recorrer ao subimperialismo para poder realizar suas mercadorias, Marini deixa claro que este fenômeno não é especificamente brasileiro, nem corresponde a uma anomalia do capitalismo dependente. “Na Argentina ou em El Salvador, no México, Chile, Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui em traços gerais”.

#### A atualidade da *Dialética da dependência*

É interessante notar que passados 50 anos da publicação de *Dialética da dependência*, categorias como o intercâmbio desigual, a

---

<sup>38</sup> Marini, 1982, p. 76

superexploração da força de trabalho, e, em certa medida, o subimperialismo, estão sendo recuperados com força por uma nova geração de intelectuais latino-americanos. A recuperação e atualização nos estudos marxistas da dependência, parecem seguir as proposições deixadas pelo autor no *post-scriptum* do livro: “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a *legalidade específica* pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, propor seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os *graus intermediários* mediante os quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida”<sup>39</sup>.

Assim, uma análise renovada da dependência deve partir da identificação do movimento geral do sistema capitalista para então situar as particularidades e especificidades das economias que nele se integram, de sorte a apreender o processo atual de desenvolvimento dos países dependentes.

A transição e direcionamento do novo padrão de reprodução do capital<sup>40</sup> que se impôs na região, especialmente a partir da década de 1990 – com exceção do Chile, que foi o laboratório desse processo na década de 1970 e 1980<sup>41</sup> -, teve no capital estrangeiro um ator central, através do investimento externo direto (IED), que passou de 14,9% em 1990 para 37,8% em 1996<sup>42</sup>. Nesse sentido, Jaime Osorio identifica um novo período histórico dos países dependentes da região, definido por um padrão de reprodução de capital caracterizado pela exportação e especialização produtiva que opera: “[...] sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design [...]. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional, que já não obedecem a

---

<sup>39</sup> Marini, 1982. P. 99.

<sup>40</sup> Sobre esta categoria, ver Osorio, 2012.

<sup>41</sup> Uma análise que antecipa de maneira impactante a consolidação do neoliberalismo na região foi feito por Caputo, 1981.

<sup>42</sup> Osorio, 2012. P. 108.

projetos nacionais de desenvolvimento, sendo o capital mundial, ao contrário, o que define que nichos privilegiar e impulsionar nas economias específicas. [...] Se no sistema mundial capitalista a soberania sempre foi objeto de uma distribuição desigual, mais forte nas economias centrais e mais débil nas regiões e economias periféricas, tal situação foi agudizada nas atuais condições de cadeias globais de direção transnacional, com elos e segmentos distribuídos pelo mundo”<sup>43</sup>.

Por outro lado, não é de se estranhar que no sentido oposto às imensas remessas de lucro transferidas para os centros do capitalismo neste período, os salários dos trabalhadores, as suas condições trabalhistas e as condições de vida da maioria da população da América Latina tiveram uma drástica deterioração. Como sempre, os trabalhadores dos países dependentes interessam, essencialmente, enquanto produtores e não enquanto consumidores.

Nesse sentido, Martins observa que no período entre 1980 e 2002, os resultados deste padrão desarticularam a arquitetura de crescimento e aprofundaram a periferização e a desigualdade da América Latina. Com “taxas de crescimento econômico medíocres para a região, a desnacionalização e destruição dos segmentos de maior valor agregado do aparato produtivo”, a consequência não poderia ser outra que o “aprofundamento da superexploração do trabalho para suas formas mais graves e a deterioração ecológica”<sup>44</sup>.

As políticas neoliberais implementadas na região são também fruto “de uma conformação entre os interesses da classe dominante da região e os imperativos político-ideológicos do centro da economia mundial, implícitos no Consenso de Washington”<sup>45</sup>. Tendo em vista esta nova aliança formada, Marcelo Carcanholo indica que o aumento da taxa de mais-valor propiciado pela superexploração da força de trabalho passou a ser apropriado progressivamente pelo capital fictício. Esta situação, “[...] incentiva os capitais individuais a se transferirem para essa primeira esfera, a operar segundo a lógica do capital fictício. Isso deprime ainda mais a taxa de lucro do capital

---

<sup>43</sup> Osorio, 2012. P. 113.

<sup>44</sup> Martins, 2011. P. 315.

<sup>45</sup> Carcanholo, 2009. P. 257.

produtivo, uma vez que se tem menor produção de excedente, definindo um círculo vicioso de acumulação de capital travada. [...] Essa dialética do desenvolvimento periférico permite entender, por exemplo, o que ocorreu na economia da América Latina durante os anos 1990. [...] durante a maior parte do período, a região apresentou uma dinâmica de acumulação de capital travada, de forma que a elevação da taxa de mais-valia por intermédio da superexploração da força de trabalho não se transformou em maior ritmo de acumulação de capital, porque a apropriação financeira pelo capital fictício reduziu as taxas de lucro do capital produtivo, principal incentivo para a acumulação de capital<sup>46</sup>.

Ao se debruçar sobre as grandes questões que se apresentavam na América Latina, Ruy Mauro Marini abriu um importante caminho para compreender os problemas estruturais da região. Evidentemente, passadas cinco décadas da publicação de sua principal contribuição, novos temas se somam aos problemas anteriores como: as novas tecnologias digitais; a questão racial e de gênero; a problemática dos povos originários<sup>47</sup> que combina a questão étnica com a questão ambiental, em função da ameaça da mudança climática; o problema da ideologia dominante<sup>48</sup>, entre outros, são temáticas centrais que atualmente se impõe no debate público e acadêmico brasileiro e latino-americano.

De toda maneira, como vimos, o movimento dialético da dependência foi capturado e exposto por Marini. Politicamente isso significou uma proposta de superação do capitalismo dependente. Do outro lado, ao não apreenderem a essência do capitalismo dependente, ainda que concebessem a dependência como um limite estrutural, ao mesmo tempo em que faziam a defesa do desenvolvimento dependente e associado, Cardoso e Faletto fizeram a apologia de um movimento contínuo que perpetua o capitalismo latino-americano dentro do seu limite, a saber, a própria dependência<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Carcanholo, 2009. P. 263.

<sup>47</sup> Para ver essa temática a partir de uma perspectiva que articula o marxismo ver Tible, 2013.

<sup>48</sup> Ver Vasconi, 1970, Vasconi, Almeida, 1974, Maldonado, 2017.

<sup>49</sup> Cardoso, Faletto, 2011.

Foi justamente por recusar o estado de coisas tal qual se apresentam, que toda uma nova geração de estudantes, intelectuais e militantes latino-americanos começa a tomar contato com a obra de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Andre Gunder Frank, renovando a vitalidade e dando atualidade para a TMD.

### Библиография/Referencias

*Bagú S.* Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina. Buenos Aires: Libería El Ateneo Editorial, 1949.

*Bambirra V.* O Capitalismo dependente latino-americano. Brasil: Insular, 2012.

*Bielschowsky R.* Pensamento econômico brasileiro: o ciclo do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

*Caputo O.* Notas teórico-metodológicas para el estudio de las formas de funcionamiento del capitalismo en América Latina // Investigación Económica, n. 155, México, jan-mar 1981. P. 221-244.

*Carcanholo M.D.* Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico // A América Latina e os Desafios da Globalização: Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. / Santos T., Sader E. (coords.), Martins, C. E., Valencia, A. S. (orgs). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009.

*Cardoso F.H., Faletto E.* Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

*Castro J.C.C.* Surgimiento y sistematización de la Teoría Marxista de la Dependencia: el Centro de Estudios Socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]. Dissertação de mestrado. México: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Facultad de Filosofía y Letras/Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

*Castro J.C.C.* Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación) // De Raíz Diversa. Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos. México, D.F.: Universidad Nacional

Autónoma de México, vol. 2, n. 3, jan-jun. 2015, pp. 121-140.

*Castro J.C.C.* Los caminos de la sociología crítica y la cuestión de la dependencia. Un registro de sus huellas en Chile y América Latina. Tese de doutorado. México, D.F.: Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, Facultad de Filosofía y Letras/Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2016.

*Frank A.G.* Lumpenburguesia: Lumpendesarrollo. Dependencia, clase y política en Latinoamérica. Medellín: Editorial La Oveja Negra, 1970.

*Frank A.G.* Le développement du sous-développement: l'amérique latine. Paris: Librairie François Maspero, 1972.

*Frank A.G.* América Latina: subdesarrollo o revolución. México D.F.: Ediciones Era, 1976

*Frank A.G.* Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina. México: Siglo XXI, 1978.

*Lapa J.R.A.* Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980.

*Maldonado F.O.* A ideologia da dependência na América Latina. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2017.

*Marini R.M.* Dialéctica de la dependencia. México D.F.: Ediciones Era, 1982.

*Marini R.M.* Memórias. // Paulo: Expressão Popular, 2007.

*Marini R.M.* Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)" // América Latina, dependencia y globalización. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

*Marini R.M.* Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: Insular, 2012.

*Martins C.E.* Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

*Marx K., Engels F.* Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

*Marx K., Engels F.* A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2011.

*Osorio J.* América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região". // Padrão

de reprodução do capita: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo: 2012.

*Osorio J.* Teoría marxista de la dependencia: historia, fundamentos, debates y contribuciones. Los Polvorines: Universidad Nacional General Sarmiento, 2016.

*Prado Jr. C.* Evolução Política do Brasil: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*Prado F.C.* História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. // Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, 2011.

*Santos T.* Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.

*Serra J., Cardoso F.H.* As Desventuras da Dialética da Dependência. // Estudos CEBRAP, n°. 23. São Paulo, 1980.

*Tible J.* Marx Selvagem. São Paulo: Annablume, 2013.

*Wasserman C.* A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

*Vasconi T.A.* Dependencia y superestructura y otros ensayos: sobre ideologias y educacion en América Latina. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1970.

*Vasconi T.A., Almeida M.A.G.* Le développement des idéologies dominantes en Amérique latine. // Pouvoir, mythes et idéologies. Tiers-Monde, Paris, v.15, n.57, 1974. pp. 171-188.